



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ata da 1ª Reunião Regimental do Fórum Estadual de Educação do Espírito Santo - 2025	
Local: Auditório da SEDU	Data: 01/07/2025
Elaborada por: Priscila Pereira de Aquino	<p>Participantes com representação: Marcos Miranda Madureira (Ales), Fernanda de Araújo Binatti Chiote (Adufes), Pedro Paulo Pimenta (Anpae), Fábio Luiz Alves de Amorim (Anfope), Leandra Vieira da Rocha Lima (Assopaes), Márcia Saraiva Prudêncio e Denise Pinheiro Quadros (CNDE), Fernanda Plácido Rocha (Comeces), Tatiane Franco Puiati (Findes), Carlos Fabian de Carvalho (Fórum EJA), Marcela Lemos Leal e Sumika Soares de Freitas Hernandez Peloto (Fopeis), Vitor de Angelo Amorim e Andréa Guzzo Pereira (Sedu), Gean Carlos Nunes de Jesus (Sindiupes), Roberta Pezzin Araújo, Bonelli (Sinepe), Silvana de Azevedo Cruz (Sinpro), Marcelo Lima (Ufes), Júlio César Alves dos Santos e João Paulo de Faria Cardoso (Uncme) e Adenilde Stein Silva (Undime)</p> <p>Coordenação: Rafaela Teixeira Possato de Barros, Priscila Pereira Aquino (SEDU)</p> <p>Entidades que justificaram a ausência: Conif, Anped e MP-ES</p> <p>Entidades que não enviaram representantes e não justificaram ausência: Anec, Ceafro, Cedes, CEE, CUT, DCE-Ufes, Secti, Senac, Sinasefe, Sintufes, Ueses-Ubes e Amunes.</p> <p>Observador(a): Luiza Fernanda da Silva, Bárbara Da Aldea Gennari, Sarah Laurindo Monteiro (Sedu), Juliano Pavesi (Sinpro) e Maria do Carmo Paolielo (Comeces)</p>
Pauta da reunião: <ol style="list-style-type: none">1. Fóruns Municipais de Educação (instituídos, inativos, atuantes e/ou não atuantes);2. Comissão de monitoramento dos Planos Municipais de Educação (instituídas, não instituídas, atuação gratificada e não gratificada, impactos)3. Selo de transparência municipal dentro do contexto do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) uma possível estratégia para articulação do monitoramento dos planos no site dos municípios.	
<p>No primeiro dia do mês de agosto de 2025, às 10h12min, a coordenadora do Fórum Estadual de Educação, Rafaela Teixeira Possato de Barros, cumprimenta os presentes com boas-vindas e realiza a primeira chamada. Nesta chamada, identifica-se que não há presença suficiente para o quórum regimental e informa que após dez (10) minutos será conferida nova chamada. Às 10h21min é realizada nova chamada em que se confirma a presença de dezessete (17) entidades, aqui representadas por ser membros, garantindo o quórum. É informado que Conif, Anped e MP-ES justificaram previamente a ausência de seus representantes. A coordenadora do FEE-ES, Rafaela Possato dá as boas-vindas aos presentes e passa a palavra para o presidente do FEE-ES, Vitor de Angelo (Sedu), para que este faça a abertura. Vitor cumprimenta a todos, dando início à reunião. Após a leitura da pauta, outros dois pontos de pauta são propostos e aprovados, portanto a pauta da reunião passa a ser: 1- Fóruns Municipais de Educação (instituídos, inativos, atuantes e/ou não atuantes); 2- Comissão de monitoramento dos Planos Municipais de Educação (instituídas, não instituídas, atuação gratificada e não</p>	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

gratificada, impactos); 3- Selo de transparência municipal dentro do contexto do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) uma possível estratégia para articulação do monitoramento dos planos no site dos municípios; 4- Breve resumo do Encontro Estadual de cooperação técnica -Planos Decenais de Educação, realizado entre os dias 03 e 06 de junho de 2025; e 5- Prorrogação do Plano Estadual de Educação 2015-2025. Para introduzir o primeiro ponto de pauta, Pedro (Anpae) relembra, em nome das comissões conjuntas que, em 2024, a coordenação do Fórum, em parceria com a Undime e o MP-ES, realizou um levantamento a fim de mapear a então situação dos Fóruns Municipais do Estado do Espírito Santo. Após várias tentativas de contato, via e-mail e Ofícios, foi constatado que havia 41 FMEs instituídos, 23 inativos e 14 municípios não responderam. Rafaela destaca que no último dia 23/06, a coordenação do Fórum Nacional de Educação realizou reunião com os Coordenadores dos Fóruns Estaduais e Distrital de Educação e solicitou atualização do cenário dos Fóruns Municipais de Educação. A secretária executiva Priscila Aquino informa que já foi iniciado novo levantamento para mapear o cenário atual de FMEs no estado após a mudança de gestores municipais em 2025, e que até o momento, apenas 8 (oito) municípios responderam ao levantamento. Carlos Fabian (Fórum EJA) comunica que tem visitado os municípios como parte das demandas do Fórum EJA e que identificou que apenas 12 (doze) municípios mantém Fóruns ativos com regularidade de reuniões para debates. Vitor questiona se há algo que possa ser feito a esse respeito. Carlos afirma que é importante qualificar esse levantamento, uma vez que a resposta institucional muitas vezes diverge do que se vê na prática e que não há debate aquecido sobre os planos nos municípios. Rafaela, sugere agendar uma reunião com as comissões para articular uma ação mais estreita com os municípios. Carlos sugere que a comissão seja fortalecida para percorrer os municípios. Vitor concorda que os dados devem ser qualificados, que a opção de realizar oficinas de fóruns por regiões deve ser considerada. Júlio (Uncme) enfatiza que os conselhos estaduais podem juntar esforços para provocar os municípios sobre a importância de instituir Fóruns e mantê-los ativos, mas lembra que os conselhos também passam por um enfraquecimento. Pedro esclarece que a proposta de Carlos está de acordo com o que foi planejado pelas comissões, que fez um levantamento com os municípios, convocou os municípios sem FME e os que não responderam para uma reunião instrucional e o próximo passo seria um workshop sobre instituição e regulamentação de Fóruns Municipais. Fábio (Anfope) destaca que as comissões precisam de mais apoio das entidades que compõem o FEE-ES, corresponsabilizando-se pelos compromissos e com real comprometimento dos membros para dar mais capilaridade às ações propostas pelas comissões. Lembra ainda que é preciso discutir o novo plano, para que este não seja apenas performático, mas que tenha contribuição da sociedade civil e não seja apenas uma construção das secretarias de educação. João Paulo (Uncme) afirma que as entidades estão empolgadas para a movimentação dos planos e que é importante criar mecanismos de escuta como reuniões on-line, para ouvir o que os municípios têm a dizer. Lembra ainda que os municípios precisam e querem apoio para elaborar seus planos. Márcia (CNDE) reforça que a Undime é fundamental no processo de conscientização dos municípios. Priscila esclarece que em 2024, após mapeamento dos FMEs, foi elaborado um folder com as principais informações para instituição dos Fóruns Municipais e que esse trabalho se perdeu com a troca de gestão nos municípios. Adenilde (Undime) confirma que há fragilidade nas gestões municipais, sendo que muitos nem conseguem fazer a distinção entre Fórum e conselho. Esclarece, ainda, que a Undime está em conversa com os municípios para incentivar e orientar esse movimento. Denise (CNDE) levanta a questão da intencionalidade política, sendo o processo formativo ainda uma demanda reprimida, tendo entidades como representação social e permanente, evidenciando uma disputa de poder. Afirma que a ausência de Fóruns nos municípios não se dá em função da escrita dos Planos, mas se perpetua há tempos e que conselhos já foram extintos por não serem democráticos, apenas figurativos. Adenilde reforça que também há os conselhos escolares, sobre os quais não há um olhar cuidadoso, e que, há legislação para criação de Fóruns dos conselhos escolares, porque muitas pessoas não compreendem a dimensão deste compromisso. Sugere que talvez seja relevante convidar os Fóruns Municipais para participarem das reuniões do FEE. Pedro afirma que é preciso retomar as atividades das comissões para dar suporte à instituição de novos fóruns e monitorar o funcionamento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

destes. Carlos Fabian, lembra que mudanças nas secretarias municipais dificultam o trabalho com os municípios. Sugere que os membros do FEE formem 10 (dez) duplas para visitar os municípios em nome do Fórum Estadual, dentro de um prazo máximo de 60 dias com informações, instruções, para a partir de então iniciar um monitoramento. Sobre o segundo ponto de pauta, Rafaela convida Marcela (Fopeis) para aprofundar a temática sugerida por ela como ponto de pauta. Marcela esclarece que tem observado que a gratificação está associada a maior comprometimento por parte dos funcionários que atuam nas comissões de monitoramento. Esse fato está relacionado com o acúmulo de funções que os profissionais têm desempenhado nos municípios. Marcela afirma ainda que muitas vezes há informação de que um determinado fórum está ativo, mas não há qualquer registro de atuação de comissões dentro dos fóruns. Salienta que as comissões são inicialmente instituídas para fortalecer e incentivar o trabalho do Fórum, mas deve ir além. Por isso insiste na importância de mapear também como as comissões operam. Marcela introduz o 3º ponto de pauta sugerindo que o selo transparência, que fica publicizado nos sites dos municípios, possa dialogar com os dados que são necessários para que o FEE, ou quem mais precisar destes, possa ter conhecimento da atuação dos FMEs, mas muitos sites nem têm uma aba para informar as questões relacionadas à educação. Sugere que seja pensado em algo que possa dialogar estrategicamente com essa política já estabelecida para fortalecer o mapeamento e o monitoramento. Márcia, corrobora que os conselhos têm a obrigação de colocar tudo no site e seria importante que os Fóruns fizessem o mesmo. Marcela lembra que falta informação até sobre como os conselhos municipais operam. Pedro esclarece que o FEE tem limitações para dar prosseguimento a essa demanda, pois o selo transparência está vinculado ao Tribunal de Contas, que é uma instituição de controle. Mas concorda com a ideia de que o FEE pudesse instituir um selo ou alguma estratégia de reconhecimento, para representar os municípios que estão respondendo e cumprindo com as propostas e demandas. Sumika (Fopeis) concorda com Pedro e reforça que a proposta vai ao encontro ao sugerido por Márcia e Denise, e que quem precisa publicizar o monitoramento é o Fórum e não o Instituto Jones. Márcia reitera que sua proposta é fortalecer os fóruns, publicizando nos sites das prefeituras. Carlos reforça sobre a importância do FEE fazer uma chamada para os municípios que não estão fazendo a parte que lhes compete. Pedro sugere fazer uma publicação em nome do FEE, como parte dos trabalhos da comissão de mobilização. Marcelo (Ufes) entende que os municípios devem realizar monitoramento que acompanhe o desempenho das metas em consonância com o plano estabelecido. Deveria haver uma cobrança por parte das comissões dos planos municipais e das secretarias porque sem um planejamento acabam acontecendo prioridades aleatórias, por isso esse monitoramento deveria poder ser consultado por meio dos sites das prefeituras, principalmente em municípios onde os Fóruns ainda não estão articulados. Carlos, lembra que as Geplan municipais elaboram monitoramento, mas há muitas limitações na interpretação e análise dos dados, que podem sofrer divergências quando vão para o papel. Com o intuito de esclarecer o quarto ponto de pauta, Priscila apresenta um breve histórico da participação do Espírito Santo nos encontros de cooperação técnica para os planos decenais de educação desde a etapa regional. Lembra que na etapa regional, o FEE foi representado por Márcia (CNDE) e Camila (MP-ES), que mantiveram a representação na etapa estadual que também contou com a representação de Pedro (Anpae) e Fábio (Anfope), que foram escolhidos por votação pelos membros do Fórum. Além destes, outros membros do FEE também estiveram presentes na etapa estadual representando suas entidades, são eles: Júlio e João Paulo (Uncme), Carlos (FME Vitória), Ana (CEE), Paulo (CUT) e Adenilde (Undime). Fábio lembra da dificuldade de iniciar a escrita no plano estadual após o mês de julho, devido à proximidade do período eleitoral. Rafaela solicita que os representantes do Fórum possam relatar suas experiências durante os dias do encontro de cooperação técnica. Márcia inicia relatando que participou da primeira etapa em São Paulo juntamente com outras pessoas que não estavam presentes na reunião de hoje e, também participou do encontro estadual que, diferente da etapa regional, foi uma oficina para construção dos planos a partir de dados apresentados pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Márcia avalia que essa oficina foi muito boa e bastante esclarecedora. Carlos reforça o que havia observado anteriormente, visto que é constatado que na maioria dos municípios, o fórum



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

quando existe está inativo. Além disso, é importante considerar que uma parte considerável não tem fórum constituído; e uma outra parte ou realiza as ações próximas ao que seria do Fórum de Educação, nas equipes de planejamento das secretarias ou nos conselhos municipais de educação. Por esse motivo, é fundamental que o FEE alcance os municípios para replicar as oficinas apresentadas pela SASE/MEC, principalmente para os municípios que não tiveram nenhuma representação presente no encontro de cooperação técnica. A proposta é que o FEE ocupe as diferentes regiões do estado, apresentando as funções, base legal, procedimentos e possibilidades de funcionamento dos Fóruns Municipais de Educação. Pedro enfatizou a importância do FEE compreender a análise política apresentada por Carlos Fabian sobre a atuação da nova SASE o que remeteu a lembrar sobre os tensionamentos ocorridos para a aprovação do Plano Nacional de Educação de 2014. Destacou que a versão do PNE encaminhada no ano de 2010 sofreu tantos tensionamentos que só foi aprovada em 2014, após a realização de novas conferências por todo o país. Acrescentou que estranha a criação de outra instância para coordenação da elaboração dos Planos Decenais e destaca com relevância o protagonismo dos fóruns junto ao PNE 2014. Em seguida, descreveu o Encontro de Cooperação Técnica como positivo, tendo como finalidade, compartilhar uma metodologia para elaboração dos diagnósticos das redes, dando condições de elencar objetivos mais consistentes a serem alcançados conforme a realidade local. Enfatiza, ainda, a necessidade de ampliar a atuação de FEE, tanto para apoiar os municípios, quanto para estruturar os trabalhos para elaboração do PEE. Fábio reforça que o principal encaminhamento do encontro estadual de cooperação técnica refere-se à importância das secretarias atuarem como articuladores e gestores do processo de movimentação dos fóruns, lembrando que as secretarias são integrantes dos fóruns assim como as outras entidades; Gean traz ao debate a questão de que depois de 32 anos uma medida de governo é derrubada pelo parlamento, ao mesmo tempo em que se aprova o aumento do quantitativo de parlamentares e gasto público decorrente deste processo, sendo que os veículos de comunicação estão omissos e não levantam essa pauta, importante observar que esse é cenário do atual contexto do congresso que votará o novo Plano Nacional de Educação. Informa que no município de Serra aconteceu uma discussão em uma escola da rede municipal em que um vereador deturpou e fez interpretação fora do contexto de uma situação ocorrida em sala de aula, o ocorrido deixou os outros professores alarmados e travados com a temática. João Paulo sugere que a situação indicada por Gean seja encaminhada para audiência pública. Além disso, reconhece o quanto o encontro de cooperação técnica foi importante, esclarecedor e entende que é importante apoiar os municípios o quanto antes. José Roberto (Ales) concorda que faltou discussão sobre o Plano na Assembleia Legislativa e se compromete a levar essa necessidade para a Comissão de Educação. Reforça que nenhum deputado do estado do Espírito Santo compõe a Comissão Especial do Plano na esfera estadual, que é presidida pela deputada Tábata Amaral. Em nome da Ales, José Roberto se coloca à disposição para provocar a necessidade de Audiência Pública, principalmente em municípios que não têm sistema. Pedro sugere que esse é um momento importante e que entende que para melhor concentração dos trabalhos, as comissões deveriam voltar a trabalhar e focar seus esforços separadamente em suas frentes específicas: mobilização e monitoramento. Júlio (Uncme) se coloca à disposição para colaborar em uma das comissões. Rafaela solicita que Luiza, convidada da Sedu se apresente e introduza o 5º ponto de pauta. Luiza se apresenta como coordenadora do processo de escrita do Plano Estadual de Educação e confirma a prorrogação do atual Plano estadual (2015-2025) por mais 1 (um) ano, com encerramento do prazo em julho de 2026. Esclarece que o processo já está correndo e que basta a aprovação na Assembleia e que acredita que isso não demorará pela necessidade de que o estado não fique sem instância da condução de seu planejamento. Fábio afirma que em vários estados estão acontecendo audiências públicas e solicita que seja realizada no estado. Além disso, endossa as falas de Gean e de João Paulo de que algumas pautas estão sendo apagadas no plano (LGBTQIA+, educação laica e antirracismo), esclarece que estas pautas estão sendo evitadas para não tencionar politicamente. Júlio, esclarece que a Uncme distribuiu uma minuta para os municípios orientando a prorrogação com possível data de 30/06/2026, mas que o município deve ficar livre para alterar essa data a qualquer tempo. Pedro lembra que as comissões do FEE serão convocadas para deliberar sobre os



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

encaminhamentos desta reunião regimental e lembra que a Undime também orientou a prorrogação dos planos municipais no site, com alteração de data a qualquer tempo. Sendo assim, como encaminhamentos dessa reunião registram-se: 1- sugere agendar uma reunião com as comissões para articular uma ação mais estreita com os municípios; 2- convidar os Fóruns Municipais para participarem das reuniões do FEE; 3- instituir um selo ou alguma estratégia de reconhecimento, para representar os municípios que estão respondendo e cumprindo com as propostas e demandas; 4- ocupar as diferentes regiões do estado, apresentando as funções, base legal, procedimentos e possibilidades de funcionamento dos Fóruns Municipais de Educação; 5- as comissões voltarem a trabalhar e focar seus esforços separadamente em suas frentes específicas: mobilização e monitoramento. A coordenadora Rafaela declara esgotados os pontos de pauta e agradece a presença e colaboração de todos, e encerra a reunião. Sem mais a declarar, encerro e assino esta ata.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PRISCILA PEREIRA DE AQUINO
PROFESSOR B
GEIEF - SEDU - GOVES
assinado em 10/07/2025 17:15:13 -03:00

PEDRO PAULO PIMENTA
CIDADÃO
assinado em 21/07/2025 10:59:32 -03:00

ANDREA GUZZO PEREIRA
SUBSECRETARIO ESTADO
SEEB - SEDU - GOVES
assinado em 10/07/2025 18:41:31 -03:00

MARCIA SARAIVA PRUDENCIO
CIDADÃO
assinado em 21/07/2025 10:06:20 -03:00

MARCELA LEMOS LEAL REIS
CIDADÃO
assinado em 10/07/2025 17:22:39 -03:00

FERNANDA DE ARAÚJO BINATTI CHIOTE
CIDADÃO
assinado em 11/07/2025 12:54:30 -03:00

FERNANDA PLACIDO ROCHA
CIDADÃO
assinado em 22/07/2025 14:26:57 -03:00

SUMIKA SOARES DE FREITAS HERNANDEZ PILOTO
CIDADÃO
assinado em 21/07/2025 21:58:20 -03:00

GEAN CARLOS NUNES DE JESUS
CIDADÃO
assinado em 11/07/2025 13:56:09 -03:00

MARCELO LIMA
CIDADÃO
assinado em 11/07/2025 11:45:25 -03:00

DENISE PINHEIRO QUADROS
CIDADÃO
assinado em 11/07/2025 13:48:41 -03:00

LEANDRA VIEIRA DA ROCHA LIMA
CIDADÃO
assinado em 22/07/2025 08:59:59 -03:00

RAFAELA TEIXEIRA POSSATO DE BARROS
GERENTE QCE-03
GEIEF - SEDU - GOVES
assinado em 11/07/2025 09:34:10 -03:00

FABIO LUIZ ALVES DE AMORIM
CIDADÃO
assinado em 10/07/2025 17:23:02 -03:00

ADENILDE STEIN SILVA
CIDADÃO
assinado em 23/07/2025 16:49:35 -03:00

JULIO CESAR ALVES DOS SANTOS
CIDADÃO
assinado em 11/07/2025 15:16:10 -03:00

LUIZA FERNANDA DA SILVA
GERENTE QCE-03
GEPLAN - SEDU - GOVES
assinado em 14/07/2025 12:17:36 -03:00

JOSÉ ROBERTO MARTINS AGUIAR
CIDADÃO
assinado em 11/07/2025 06:05:53 -03:00

TATIANE CRISTINA FRANCO PUIATI
CIDADÃO
assinado em 15/07/2025 11:53:52 -03:00

CARLOS FABIAN DE CARVALHO
CIDADÃO
assinado em 11/07/2025 15:07:49 -03:00

ROBERTA ONOFRE PEZZIN ARAUJO BONELLI
CIDADÃO
assinado em 23/07/2025 21:56:28 -03:00

VITOR AMORIM DE ANGELO
PRESIDENTE (FORUM ESTADUAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO -
FEE)
SEDU - SEDU - GOVES
assinado em 15/07/2025 14:23:04 -03:00

JOÃO PAULO DE FARIA CARDOZO
CIDADÃO
assinado em 21/07/2025 14:46:50 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 23/07/2025 21:56:29 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PRISCILA PEREIRA DE AQUINO (PROFESSOR B - GEIEF - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-1WPD2C>